

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

POVERTY AND THE INCREASE IN UNEMPLOYMENT DURING PANDEMIC: IMPACTS OF THE POST-COVID-19 CRISIS

Bruna Fernanda Itaoui¹

Lenir Aparecida Mainardes da Silva²

Débora Polyana Gomes³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer uma breve dissertação acerca da pobreza e do aumento do desemprego durante a pandemia, bem como contribuir para o debate sobre os impactos da crise no pós-pandemia da Covid- 19. A pesquisa apresenta caráter qualitativo, de natureza exploratória. Metodologicamente desenvolveu-se através de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Intenciona-se com este texto um pensar/fazer pautado na justiça social e na emancipação dos sujeitos, para superar os condicionamentos da ordem social vigente, fomentando estratégias de igualdade e reconhecimento,

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). E-mail: brunaitaoui@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: lenirmainardes@gmail.com

³ Assistente social formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: deborapolyana@outlook.com

democratizando possibilidades de dar continuidade à vida, durante e pós a pandemia.

Palavras-chave: Pobreza. Desemprego. Pandemia.

Abstract

This article aims to bring a brief dissertation about poverty and the increase in unemployment during the pandemic, as well as to contribute to the debate on the impacts of the crisis in the post-pandemic of Covid-19. The research has a qualitative character, of a nature exploratory. Methodologically it was developed through bibliographic review and documentary research. This text intends to think / do based on social justice and the emancipation of subjects, to overcome the conditions of the current social order, fostering equality and recognition strategies, democratizing possibilities to continue life, in the midst of the pandemic and after.

Keywords: Poverty, unemployment, pandemic.

Introdução

As pandemias são conhecidas como epidemias que se espalham rapidamente por diversos países e afetam uma quantidade relativamente grande de pessoas e que, de forma geral, gera consequências do nível micro ao macro sistêmico, impondo, pelo tempo que dura, novas regras e hábitos sociais para a população mundial e mobilizações de diversas naturezas para sua contenção.

Desde o início da pandemia da Covid-19, uma série de providências têm sido tomadas pelo Estado e — apesar de inúmeras campanhas para que as pessoas fiquem em casa — os números de mortes e infectados pela doença estão aumentando exponencialmente. A exposição dessas pessoas que estão morrendo e sendo infectadas é decorrente da própria crise de um sistema e, esse possui um modelo de relação social baseada na apreensão dos meios de produção feita por uma elite, enquanto o resto da população fica sem condições de sobrevivência.

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

trimestre de 2020 com 1,2 milhão de pessoas a mais na fila do desemprego. Nesse período, o Brasil começou a sentir os efeitos da chegada do novo Coronavírus — com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2020) — e, com dados mais recentes, divulgados em julho desse mesmo ano, a taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,4% em junho. Ainda segundo dados do IBGE (2020), o número de trabalhadores afastados do trabalho em função da pandemia chegou a 14,8 milhões de pessoas.

Dentre as ações do Estado, cabe aqui citar o Auxílio Emergencial, aprovado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, fornecido como um amparo durante o período de 5 meses no valor de R\$600 reais por família ou R\$1,200 por famílias chefiadas por mulheres. Esse auxílio é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados. Vale ressaltar que o tempo de recebimento do Auxílio Emergencial foi prorrogado pelo Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, para aumentar o período do recebimento.

Ocorre que, nesse cenário de crise estrutural do capitalismo, a classe trabalhadora vive um de seus momentos mais violentos e o Auxílio Emergencial não é suficiente para suprir as demandas de sobrevivência das famílias. Isso porque antes da pandemia piorar a crise, a mesma já existia e nela o desemprego já estava em níveis elevados, obrigando desempregados a se adaptarem a ofensiva neoliberal de como o mundo do trabalho estava se estruturando (ou aceitando uma brutal exploração do proletariado de serviços, ou se mantendo no desemprego).

A pobreza e a marginalidade decorrente do desemprego não são consequências somente do neoliberalismo, mas sim, parte da própria natureza do tipo de capitalismo que está sendo desenvolvido no Brasil. A partir desse panorama, este artigo busca trazer uma breve dissertação acerca da pobreza e do aumento do desemprego durante a pandemia, bem como contribuir para o debate sobre os impactos da crise no pós-pandemia da Covid- 19.

Crise, capitalismo e pandemia

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

A Covid-19 foi declarada como pandemia em 11 de março de 2020, conforme a OMS (Organização Mundial de Saúde). As medidas essenciais para a prevenção e enfrentamento também foram ditadas e, no dia 3 de fevereiro de 2020, foi declarada, por meio da Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, sendo uma classificação de risco nível 3 em decorrência da infecção pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2). Essa ação foi o início para que as medidas administrativas fossem tomadas com maior agilidade a fim de que o País iniciasse o preparo para o enfrentamento da pandemia. Importante destacar que, vivemos no Brasil uma política onde o atual âmbito federal – governo de Jair Messias Bolsonaro – tem aprofundado o desmonte das políticas e direitos sociais, beneficiando os interesses das elites dominantes em detrimento das condições de vida digna para a população. Em meio a pandemia, essa postura não é diferente. Os discursos do presidente priorizam a questão econômica, e não as vidas humanas, advogando pelo fim do isolamento social, legitimando o “sacrifício” de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em prol da estabilidade do mercado financeiro (Lima et al., 2020).

Nesse cenário, a classe trabalhadora para além de passar por um grande aumento de desemprego e da pobreza, passa por diversos problemas decorrentes do modo de produção capitalista somado com a pandemia. Se o trabalhador não tem acesso à água, não consegue higienizar suas mãos. Se não tem carro, precisa se expor no transporte público e, se têm sintomas de Covid-19, precisa enfrentar uma fila nos postos de saúde, correndo o risco de se contaminar porque não consegue arcar com os custos de um teste numa empresa hospitalar privada. Estas são algumas das expressões da questão social com relação a classe trabalhadora que surgem durante a pandemia.

Para Netto (2006), a causalidade da questão social se deve a elementos históricos, políticos, culturais etc., baseados na relação antagônica e controversia entre a capacidade social de produzir riqueza e um grande contingente de membros sem condições materiais de vida - é fruto então de uma escassez socialmente produzida, erguida sob o comando do capital (NETTO, 2006; CASTEL, 2000).

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

A questão social produz injustiças marcadas pela exploração dos trabalhadores, marginalização da economia e privação do acesso à vida material. Esses aspectos advêm da má distribuição da economia. Nas contradições da sociedade capitalista, a geração de cidadania e direitos sociais é uma maneira de reduzir tais injustiças e desigualdades para proporcionar melhores condições para a sobrevivência de grupos socialmente desfavorecidos. Portanto, as políticas públicas são maneiras de o Estado construir uma redistribuição dos benefícios sociais para diminuir as desigualdades.

Contudo, essa é a razão do capital. Uma estruturação de ordem neoliberal faz com que essas políticas continuem sendo produzidas de maneira inadequadas e insuficientes, podendo ser diluídas pelo orçamento estatal a qualquer momento. Nesse sentido, a classe trabalhadora fica nas mãos de um Estado, que tem o monopólio do poder político.

A princípio, portanto, se assume que a crise que estamos vivendo é estrutural e do capitalismo. Isso porque atinge o nível mundial e vai para além do sistema neoliberalista. Compreender isso é compreender também que, conforme Mascaro, 2020:

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho (MASCARO, 2020, p. 5).

Nesse sentido, as classes dominantes há séculos no aparelho estatal, reacendem cotidianamente seu poder de dominação e opressão de classe sobre os trabalhadores. A ofensiva do capital, anteriormente a crise, se direcionou a uma nova forma de gestão das relações de trabalho, pela acumulação flexível desenvolvida no processo de reestruturação produtiva para retomar as taxas de lucro para o capital. Conforme Antunes (2003, 2019), o aumento da exploração da força de trabalho humana, o desregulamento das relações trabalhistas com o desemprego estrutural, a ampliação do trabalho informal e o surgimento dos trabalhadores de serviços digitais, portanto a classe trabalhadora, anteriormente à pandemia, já vivia um de seus momentos mais violentos após a conjuntura cada vez mais ofensiva no mundo do trabalho (no

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

Brasil, em especial, após a reforma trabalhista de Michel Temer) por conta da crise estrutural do capital.

Ainda, Antunes (2003) pontua que o estado de dominação a serviço do capital, implantava as contrarreformas do Estado, sindical, trabalhista, da Previdência Social e educacional. A privatização das estatais e a mercantilização se constituem onde o fundo público se desloca para a iniciativa privada em detrimento das políticas públicas. O estímulo à competitividade e ao individualismo como ideologia, contudo, continua. Isso também atinge a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora, faz cooptá-la ao projeto de dominação de classe. Por fim, essa série de contrarreformas, privatizações, decretos e ajustes fiscais com cortes, desconsideram as grandes reivindicações e conquistas da classe trabalhadora e, agora na pandemia, tendem a prejudicá-la muito mais.

Crise no pós-pandemia da Covid-19

Segundo a equipe responsável pela economia do governo Federal, o pós-pandemia traz quatro grandes desafios para o Brasil: aumento da pobreza, desemprego, o grande número de falências e a necessidade de mais eficiência na oferta de crédito. O diagnóstico está em documento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia sobre os dados divulgados pelo IBGE, que indicam queda de 1,5% do PIB em relação ao último trimestre de 2019.

Conforme o governo, o aumento no número de desempregados será um dos aspectos mais cruéis da pandemia. Uma vez que a queda na atividade econômica e o fechamento de empresas são consequências do avanço do Coronavírus em todo o mundo, isso é também de grande impacto no Brasil. A Secretaria de Política Econômica reforça que a retomada da agenda de reformas pelo Congresso Nacional será essencial para equilibrar gastos públicos, abrir espaço para gastos sociais e tornar a economia mais competitiva.

Além disso, as estratégias não se findam com o passar da pandemia, algumas projeções demonstram que o número da população em vulnerabilidade social deve aumentar em todo o mundo (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, 2020), inclusive no

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

Brasil. Ocorrerá um aumento de desempregos, subempregos e empregos informais, levando várias famílias à pobreza e à dificuldade de acesso a serviços e bens de consumo.

Assim, é urgente a necessidade de se antever e construir proposições frente a esse cenário que está por vir, na formulação e articulação de novas políticas e programas sociais para estabilização socioeconômica e no debate sobre o papel do Estado na proteção social das populações. Também, o constante reforço e esforço na construção de uma frente de esquerda classista, anticapitalista, anti-imperialista, socialista e pautada nas lutas da classe operária e dos trabalhadores rurais e urbanos, bem como ao lado de outras lutas que sofrem exploração, dominação e opressão social (seja de classe, gênero, raça, etnia ou orientação sexual). Esta é uma necessidade imediata para unificar a luta.

Conclusão

Como apontado anteriormente, devemos nos ater a construir proposições frente ao cenário que estamos enfrentando e o que está por vir, por meio de formulações de políticas públicas e programas sociais. Contudo, se faz necessário ressaltar, por fim, o caráter contraditório dessas mesmas políticas. Não se pode permanecer apenas endossando análises de que as políticas sociais dentro de um Estado são a única forma de se obter emancipação humana e acabar com a Questão Social. Tampouco podemos reduzir apontando que as políticas sociais são apenas estratégias do capital para imobilizar a classe trabalhadora. Entende-se que, nessa perspectiva, os direitos sociais seriam utilizados como moeda de troca para que os trabalhadores não se organizem e dessa forma o capital teria as políticas sociais como manutenção de ordem vigente.

Para compreendermos a complexidade das políticas sociais, é necessário também compreender que elas são resultado das contradições entre o capital, Estado e luta de classes. Isto é, ao passo em que as políticas sociais contribuem para a manutenção da ordem, elas também são resultado de muita luta da classe trabalhadora.

Intenciona-se com este texto um pensar/fazer pautado na justiça social e na emancipação dos sujeitos, para superar os condicionamentos da ordem social vigente,

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA: IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

fomentando estratégias de igualdade e reconhecimento, democratizando possibilidades de dar continuidade à vida, em meio e no pós-pandemia. Em suma: a luta deve continuar. O capitalismo possui múltiplas crises no seu modo de produção, não tem a mesma resposta política todas as vezes e nem a mesma maneira de recuperar seu domínio. Somente futuras dinâmicas que sejam necessariamente socialistas podem ensejar arranjos sociais inovadores, não fundados na concorrência e nos antagonismos de classe, grupos e indivíduos. O capitalismo é crise (MASCARO, 2013).

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez. 2003

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2019.

BRASIL. Constituição (2020) Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Diário Oficial da União**. 64 - A. ed. Brasília, DF, 02 abr. 2020. Seção 1, p. 1-1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (2020). Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial da União**. 24 - A. ed. Brasília, DF, 04 fev. 2020. Seção 1, p. 1-1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. (2020). América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19 - **Efectos económicos y sociales. Informe especial COVID-19**. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45337/6/S2000264_es.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

GARCIA, Diego. **Desemprego aumentou em todas as regiões do Brasil com avanço do Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/desemprego-aumentou-em-12-estados-com-avanco-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LIMA, Jacob Carlos; RANGEL, Felipe; PIRES, Aline Suelen. **Combate à COVID-19 e a falácia da política economicista**. Boletim coletividade - Sociologia na Pandemia -

A POBREZA E O AUMENTO DO DESEMPREGO DURANTE A PANDEMIA:
IMPACTOS DA CRISE PÓS COVID-19

PPGS/UFSCar. Disponível em: <http://www.ppgs.ufscar.br/sociologia-na-pandemia-1/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SARAIVA, Alessandra; VASCONCELOS, Gabriel. **Taxa de desemprego sobe e chega a 12,4% em junho, aponta IBGE**. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/23/taxa-de-desemprego-sobe-e-chega-a-124percent-em-junho-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2020.

SILVA, Kleylenda Linhares da; RAMOS, Sâmya Rodrigues. Desafios da classe trabalhadora: serviço social na luta por condições de trabalho. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, p. 197-223. 2º semestre 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21058>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OPAS/OMS (ed.). **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-comopandemia&Itemid=812. Acesso em: 20 ago. 2020.